

## **Intimidade e cotidiano na esfera pública: as reações no *Instagram* ao perfil de Marcela Temer na *Veja*<sup>1</sup>**

Daniela Reis do NASCIMENTO<sup>2</sup>  
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

### **Resumo**

Este artigo investiga como as redes sociais digitais podem ressignificar os conteúdos produzidos por veículos jornalísticos tradicionais. Para tanto, observa especificamente as associações entre discurso de intimidade e discurso político que parecem difundir-se tanto no universo das notícias quanto no ciberespaço. O estudo inicia-se com a identificação de alguns dos sentidos que as noções de público e privado incorporaram ao longo da história. Posteriormente, define e problematiza os conceitos de esfera pública, cotidiano e opinião pública. Para fins heurísticos, ilustraremos o debate com as reações de usuários do *Instagram* à matéria “Marcela Temer: Bela, recatada e do lar”, publicada pela revista *Veja*, em abril de 2016.

**Palavras-Chave:** intimidade; cotidiano, esfera pública; jornalismo; ciberespaço.

### **Corpo do trabalho**

#### **1. Introdução**

Na manhã do dia 20 de abril de 2016, as redes sociais mais difundidas no Brasil, como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, foram ocupadas por milhares de publicações referentes a uma mesma temática. Sob a alcunha “Bela, recatada e do lar”, as postagens expressaram o posicionamento de usuários acerca de um perfil jornalístico divulgado em 18 de abril, pelo site da revista *Veja*. A matéria, intitulada “Marcela Temer: Bela, recatada e do lar”, centra-se na intimidade da perfilada, a então primeira-dama interina do Brasil. Ainda que tenham surgido manifestações a favor da publicação e da retratada, as respostas em tom irônico ou de crítica explícita em relação à notícia parecem consistir na parte mais numerosa das reações.

Tal como é típico do ciberespaço, os internautas recorreram a diferentes plataformas e formatos para trazer à tona as suas opiniões. Fotografias, vídeos, frases, hashtags, textos, memes e criação de fanpage foram algumas das estratégias utilizadas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano do IACS-UFF, email: [dani\\_reis8@yahoo.com.br](mailto:dani_reis8@yahoo.com.br)

pelos sujeitos para elaborar e expor significações sobre a polêmica reportagem. A reação estrondosa, por fim, configurou-se como um campo fértil para avaliar a influência dos conteúdos desenvolvidos no ciberespaço como via que reforça, critica ou reinterpreta as matrizes midiáticas.

Mais do que condenar a revista por assumir uma possível defesa ideológica e política do casal Temer, a maioria dos indivíduos revoltou-se contra o modelo de conduta para a mulher que identificaram nas entrelinhas do perfil. De modo geral, o ideal da esposa pura, à sombra do marido e limitada aos domínios do lar foi bastante rejeitado nos territórios da internet. O presente artigo parte deste episódio para contribuir com uma pesquisa mais ampla – em andamento – acerca da produção de discursos relativos à intimidade de figuras vinculadas à política nacional no jornalismo brasileiro contemporâneo. Neste contexto, o seguinte estudo dedica-se a ilustrar a temática por meio de postagens do *Instagram*<sup>3</sup> de usuários que utilizam a dimensão aparentemente privada de suas vidas para participar das discussões da esfera pública sobre a intimidade e valores sociais expostos pela reportagem.

Ao realizarmos este intento pretende-se responder à questão subsequente: quando se trata da repercutir a exposição midiática da intimidade, as redes sociais digitais podem ressignificar os conteúdos produzidos pela imprensa tradicional? Nossa hipótese supõe que as redes sociais podem, eventualmente, conferir novos sentidos a formulações produzidas em reportagens, mas no que tange aos parâmetros de privacidade, ambas as mídias parecem servir-se do mesmo bojo cultural.

A fim de cumprir com estes objetivos, trilharemos um percurso teórico que se inicia com a definição do conceito de cotidiano, que atua de forma intensa na composição do perfil de Marcela Temer e também se relaciona intrinsecamente com a temática das particularidades dos sujeitos. Posteriormente tentaremos compreender a formação dos paradigmas contemporâneos sobre os âmbitos público e privado, noções fundamentais para iluminar a questão da intimidade. Também será proveitoso tratar de esfera e opinião pública, tendo em vista o enriquecimento do debate. Ainda que a brevidade deste estudo nos impeça de desenvolver uma análise profunda sobre o tema, buscaremos levantar reflexões e questionamentos que colaborem para a compreensão deste quadro.

---

<sup>3</sup> Devido às políticas de privacidade e ao direito de imagem ocultamos o rosto e o nome das publicações de usuários que aparecem neste artigo.

## 2. Cotidiano e intimidade

A cotidianidade, ressalta Heller (2000), é vivenciada por todos os homens. O cotidiano seria a dimensão da vida da qual os sujeitos participam “com todos os aspectos de sua individualidade e particularidade” (HELLER, 2000, p.17). Segundo a autora, as características que marcam esta vida cotidiana são espontaneidade, ritmo fixo de repetição, motivações efêmeras, atuação com base na probabilidade, ultrageneralização e mimese. A pesquisadora aponta que, neste âmbito, os indivíduos atuam tanto com a sua porção particular quanto com a sua porção humano-genérica. Por particularidade ela refere-se à natureza única de cada pessoa. O humano-genérico, por sua vez, constituir-se-ia pelos sentimentos, paixões e atividade inerentes a todo ser humano.

A pesquisadora afirma que, em momentos excepcionais, seria possível realizar a suspensão do cotidiano, ou seja: romper-se-ia a tendência espontânea do pensamento de ser orientado pela particularidade para passar a ser conduzido pelo humano-genérico. A arte e a ciência, por exemplo, teriam a potência de realizar a elevação da vida cotidiana de modo perene. Tal feito exigiria a atenção total do indivíduo e, portanto, também neste sentido se realizariam rupturas em relação à vida cotidiana, que é naturalmente heterogênea e não costuma exigir grau pleno de concentração.

É possível que um sujeito empenhado em observar os hábitos e os costumes que permeiam o campo jornalístico não encontre dificuldades em identificar paralelismos entre a estrutura da vida cotidiana e a cotidianidade da produção de notícias. Ainda que, idealmente, a precisão do relato e o apreço pela verdade sejam princípios orientadores para a profissão, a prática demonstra como motivações efêmeras, atuação com base na probabilidade, ultrageneralização e mimese parecem ser incidências frequentes no jornalismo. A obsessão dos veículos de imprensa pela velocidade, a sobrecarga de tarefas sobre o repórter, a prioridade conferida ao aspecto mercadológico da notícia e a preocupação com a concorrência talvez ajudem a explicar estas contradições.

Além de, aparentemente, não suspender a cotidianidade, a reprodução da estrutura do pensamento cotidiano nas reportagens pode significar a não realização de todo o potencial libertador do jornalismo. O retrato de uma personagem, indica Boas (2003), pode irradiar um contexto histórico-social mais amplo ou encarnar situações e emoções que reflitam a própria natureza humana. Ainda que individualizado, sob este ângulo o jornalismo caminharia para tornar-se menos particularizado e mais humano-genérico. Ademais, o perfil nestes moldes responderia a uma tendência do corpo social identificada

por Thompson (2012): a de relacionar acontecimentos que fogem da compreensão dos indivíduos a contextos de sua própria vida.

A reportagem “Marcela Temer: Bela, recatada e do lar” exhibe as minúcias do cotidiano da perfilada: idas a restaurantes sofisticados, presença constante de seguranças e realização rotineira de procedimentos estéticos. A matéria parece esforçar-se para transformar estas atividades aparentemente banais e corriqueiras em eventos dignos de cobertura jornalística. Trata-se de uma possível espetacularização do dia a dia de Marcela Temer: o veículo parece tentar converter um cotidiano aparentemente ordinário para o interesse público em acontecimento extraordinário, mesmo que este não se relacione com o humano-genérico.

A reação estrondosa dos indivíduos nas mídias sociais parece demonstrar que as pessoas não se identificam com as referências apresentadas pela matéria. Entre todos os tipos de manifestação, o mais comum consistia em internautas – majoritariamente mulheres – divulgarem fotos de si mesmas em situações que transgredissem o arquétipo da mulher recatada e do lar. De modo geral, espalharam-se imagens de mulheres em bares, pistas de dança, em trajes mal vistos pela moral conservadora ou praticando atividades tradicionalmente reservada aos homens. A figura 1 ilustra esta reação:



Figura 1: Mulher levanta peso. Fonte: *Instagram*.

Em resposta à rotina espetacularizada de Marcela, a usuária utiliza o próprio cotidiano para expressar visões mais plurais da mulher e que, portanto se aproximam do humano-genérico definido por Heller (2000). A legenda mais comum para as fotos, “bela, recatada e do lar”, exprimia uma ironia bem humorada e carregada de significados: os

usuários das redes sociais não concordam com as generalizações presentes na revista e reivindicavam representações mais livres e igualitárias da mulher. O que os internautas parecem ter percebido são os limites da matéria como instrumento capaz de representar toda a complexidade, a simbologia e as potencialidades que constituem a mulher na sociedade contemporânea.

Em termos utilizados por Kosík (2002), é possível dizer que o perfil estabelece-se como fenômeno, mas não retrata a essência dos sentidos de ser mulher. Segundo o autor, os fenômenos externos “que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais” (KOSÍK, 2002, p.15) compõem o mundo da pseudoconcreticidade: trata-se de uma ordem do vivido que aparenta ser natural e evidente, mas que, de fato, não corresponde à totalidade do real.

### **3. Público e privado**

Kosík (2002) argumenta que a práxis utilitária e o senso comum permitem as condições de orientar-se no mundo, mas não proporcionam a compreensão da realidade. Berger e Luckman (1999) parecem reforçar esta ideia ao observarem que o conhecimento da realidade cotidiana – a que chamam de senso comum – é útil para o tratamento prático do mundo social, mas não coincide com o real. Ao refletir sobre o estabelecimento de padrões em uma comunidade, os sociólogos argumentam que as institucionalizações ocorrem quando ações são transformadas em hábitos por um conjunto de atores sociais. Ainda que toda institucionalização seja histórica, eles destacam que estas parecem como naturais e dadas para os integrantes de determinada realidade cotidiana que não participaram do seu processo de formação.

O senso comum que permeia a cultura ocidental hegemônica acerca do que deve constituir a vida privada dos indivíduos parece consistir em um processo de institucionalização que encobre os movimentos de seu desenvolvimento ao longo da história. Arendt (1997) quebra, em parte, este paradigma ao demonstrar como distintas práticas sociais foram substituídas por novas tipificações, mais condizentes com os valores propostos por sociedades de períodos históricos posteriores.

A filósofa destaca que na Grécia Antiga a diferenciação entre público e privado estruturava grande parte do pensamento da sociedade. O privado consistia no domínio da família, onde se desenvolviam as relações familiares e as atividades inerentes a sobrevivência dos homens. Ao público, por sua vez, era assegurado o domínio político,

no qual os homens poderiam transcender as necessidades da sobrevivência e alcançar fama duradoura. Se o privado era marcado pelo lar e pelo contato com os que neste residiam, o público consistia na realidade da polis e na vida da coletividade.

Se avançarmos na linha temporal, podemos supor que esta dicotomia perdeu força durante a Idade Média. Elias (1994) registra que neste período histórico era comum que muitas pessoas passassem a noite no mesmo quarto. A noção de privacidade parecia diferir substancialmente do que veio a se tornar na Modernidade, quando o quarto de dormir passou a representar uma das áreas mais privadas e íntimas da vida humana. Sennett (2003) vai ainda mais longe e, ao comentar sobre como grande parte dos parisienses medievais vivia amontoadas, sugere que o conceito de privacidade relativo aos hábitos cotidianos não parecia existir de modo algum.

Tanto para Elias (1994) quanto para Sennett (2003) o processo civilizatório do século XIX impulsionou uma intensa revolução de costumes. Se nos séculos anteriores as pessoas tinham a expectativa de abordar outros cidadãos ou de serem abordadas por estes nas ruas, a partir do século XIX o “silêncio passou a resguardar a privacidade” e “os transeuntes tornaram-se ciosos do direito de não sofrer a interpelação de estranhos” (SENNETT, 2003, p.277).

Consolidavam-se, então, novos modelos de conduta para o sujeito no âmbito privado e no âmbito público, que se distanciavam dos modelos vigentes no século anterior, quando não somente o público significava uma vida que se passa fora do contato com a família e os amigos íntimos, como incluía também um campo da vida coletiva “em que grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente” (SENNETT, 2014, p.35). Ainda que esta perspectiva do encontro com o diferente se faça presente, em algum grau, no senso comum que circula pela sociedade contemporânea, o autor aponta como a ênfase adquirida pelo domínio privado no cotidiano eclipsou o domínio público na vida coletiva.

Posto que as noções de público e privado não são fixas, mas construções sociais e históricas, é relevante delimitar o que esta dicotomia representou em tempos mais recentes. Thompson (2012) assume esta tarefa e identifica mais de um significado para estes conceitos. Em sua primeira concepção, o público qualificar-se-ia como a atividade relativa ao Estado e o privado consistiria nas esferas da vida separadas deste. Em outra definição o autor qualifica o privado como “o que se esconde da vista dos outros, o que é feito em privacidade ou segredo ou entre um círculo restrito de pessoas” (THOMPSON,



2012, p. 112). O público, por sua vez, representaria “o que é visível ou observável, o que é realizado na frente dos espectadores” (THOMPSON, 2012, p.112).

A vivência do dia a dia, muitas vezes, parece realizar movimentos contraditórios. Se, como indica Sennett (2014), a sociedade em geral passou a se resguardar mais a partir do século XIX, por outro lado, esta tendência aparenta ter atizado a curiosidade dos indivíduos em relação à intimidade alheia. Quando tratamos de celebridades, por exemplo, esta inclinação a explorar o âmbito privado parece ter sido institucionalizada e, frequentemente, é endossada não apenas pelo público como também pelas próprias personalidades em questão. Ainda que não se qualifiquem exatamente como celebridades, a mesma propensão ocorre com figuras públicas, como atesta o trecho abaixo:

No fim do ano passado, Marcela pensou que esperava o segundo filho, mas foi um alarme falso. “No final, eles acharam que não teria sido mesmo um bom momento para ela engravidar, dada a confusão no país”, conta tia Nina, irmã da mãe de Marcela. Ela se refez do sobressalto, mas não se resignou – ainda quer ter uma menininha. (LINHARES, Juliana. *Veja*, 2016)

O trecho acima demonstra a tendência de subverter a invisibilidade prevista nos alicerces da cultura moderna em relação a acontecimentos pertencentes ao âmbito do privado. Hoje em dia, no entanto, o ciberespaço demonstra que não é somente a intimidade dos famosos que povoa o imaginário coletivo, mas também as particularidades dos indivíduos anônimos. Ainda que a visibilidade destes seja, a princípio, mais restrita do que a da grande mídia, atualmente uma grande quantidade de indivíduos pode expor a sua vida privada com facilidade possivelmente maior do que em outros períodos históricos.

Tudo aquilo que antes concernia à pudica intimidade pessoal tem se “evadido” do antigo espaço privado, transbordando seus limites, para invadir aquela esfera que antes se considerava pública. O que se busca nessa exposição voluntária que anseia alcançar as telas globais é se mostrar, justamente: constituir-se como um personagem visível. Por sua vez, essa nova legião de exibicionistas satisfaz outra vontade geral do público contemporâneo: o desejo de espionar e consumir vidas alheias. (SIBILIA, 2010, p. 53)

Neste cenário, a distinção entre público e privado baseada na ideia de visibilidade parece um tanto quanto inadequada, visto que ações tradicionalmente resguardadas da vista de outrem hoje são voluntariamente expostas nas redes sociais. É possível supor que estejamos vivendo um período de transição, no qual novos parâmetros sobre os domínios públicos e privados se esboçam no tempo presente. Sibilía (2016) adota o termo “extimidade” para caracterizar esta intimidade exteriorizada, fruto de performances em

redes sociais. Embora seja forçoso reconhecer que a representação dos sujeitos online é menos espontânea do que os usuários pretendem, não se pode negar que as fronteiras entre vida pública e vida privada tenham adquirido fluidez.

Se, por um lado, toda esta exposição pode ser encarada como puro exibicionismo, por outro, a particularidade ocasionalmente se configura como um meio para discutir questões coletivas, mais próximas do humano-genérico. Na figura 2 o corpo exposto da internauta traz à tona reflexões sobre o lugar da mulher na sociedade:



Figura 2: O corpo como resistência. Fonte: *Instagram*.

No cotidiano capitaneado por *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* e *Snapchat* mesmo as discussões de caráter coletivo parecem ganhar contornos particularizados e ajudar a compor a imagem do usuário de mídias sociais. Talvez estejamos vislumbrando a consolidação de novos tipos de subjetividade e de novas formas de atuação na esfera pública. Para prosseguir com este assunto, observemos mais de perto este conceito.

#### 4. A esfera pública

Assim como Sennett (2014), Habermas (2014) observa que a natureza da vida pública se alterou drasticamente do século XVIII ao XIX, e ainda mais fortemente no século XX. Os autores convergem em apontar que a esfera pública burguesa foi esvaziada de seu originário caráter coletivo, o que resulta no que Sennett (2014) define como o



declínio do homem público: neste cenário de exaltação da vida privada, as formas de sociabilidade e de participação política na contemporaneidade seriam orientadas, majoritariamente, sob a égide dos interesses particulares e das relações de intimidade. Este parece ser, justamente, o pano de fundo no qual os indivíduos travam contato nas redes sociais.

Para explicar este cenário precisamos resgatar o período de ascensão da burguesia, no qual a família consolidou-se como o modelo ideal dos vínculos sociais. As relações marcadas pela impessoalidade, então, adquiriram ares de inferioridade frente aos laços mais estreitos. Segundo Sennett (2014), como consequência destas novas institucionalizações, gradualmente, a vontade de moldar a esfera pública se desgastou para dar lugar à perspectiva de que é necessário se proteger do domínio público. Consequente ao crescente recolhimento e apatia em relação ao diferente, a família constitui-se como um dos escudos com os quais o sujeito se protege das ameaças do mundo.

No que se refere aos líderes políticos, Sennett (2014) assinala que persiste no senso comum a tendência a focalizar mais em traços da personalidade do que nas atividades realizadas por estes no domínio público. Segundo o autor, esta predisposição a tratar das complexidades sociais em termos psicológicos cria distorções no campo político na medida em que questões sobre etnia, classe e religião são relegadas ao segundo plano. A intimidade cristalizou-se como o aspecto supremo de interesse dos indivíduos. Em decorrência, se considerarmos como experiência civilizada aquela “na qual as pessoas se sentem à vontade diante de uma diversidade de experiências” (SENNETT, 2014, p.487), o Ocidente tornou-se, neste sentido, menos civilizado.

Habermas (2014) parece igualmente pessimista ao avaliar o que define como “mudança estrutural da esfera pública”. Ele defende que, originalmente, a esfera pública burguesa era formada por um público de pessoas privadas que construíam a opinião pública com base na racionalidade do melhor argumento e fora da influência dos poderes político e econômico. O pesquisador atribuiu peso à ação da imprensa no século XVIII para o fortalecimento do debate entre os indivíduos.

O otimismo do pesquisador com as potencialidades midiáticas, no entanto, teria se arrefecido com o desenvolvimento de uma indústria da mídia e o uso desta para fins particulares. Apesar do surgimento promissor, esta teria sido refeudalizada pelo Estado – à exemplo da convergência das discussões públicas em torno da nobreza na Idade Média

– e pelos compromissos com os interesses privados da burguesia. Por conseguinte, a coesão pública rompeu-se e tanto o potencial de debate crítico quanto o sustentáculo coletivo que estiveram no cerne da esfera pública burguesa ter-se-iam deteriorado.

Segundo Habermas (2014), os meios de comunicação modernos, como rádio e TV, estruturam-se com fins predominantemente mercadológicos e não conseguem manter um caráter dialógico equilibrado. Podemos acrescentar, todavia, que a história do rádio e da TV parece apontar que estas mídias sempre enfrentaram críticas, responsáveis por reajustar o direcionamento editorial e mercadológico. É importante ressaltar também que em tempos mais recentes, a internet tem se mostrado como um espaço proveitoso para identificar movimentos de resistência aos veículos tradicionais.

Afiliado de uma linha de pensamento mais positiva, Thompson (2010) opina que no século XX experimentamos não uma refeudalização da esfera pública, mas o surgimento de uma nova categoria desta, determinada pela publicidade mediada. Neste cenário, o campo de visão deixou de ser limitado pelas “referências espaço-temporais do aqui e agora, mas, ao invés disso, é moldado pelas características particulares das mídias comunicacionais” (THOMPSON, 2010, p.21). Tal ordenamento teria originado uma intimidade não recíproca e à distância, que “deixa os indivíduos com a liberdade de definir os termos do engajamento e de intimidade que desejam ter com os outros” (2012, p. 191). Esta relação seria uma marca do nosso tempo e poderia configurar-se como a principal força organizadora da vida social e da subjetividade do indivíduo.

Desde o título, o perfil “Marcela Temer: Bela, recatada e do lar” sugere que o enfoque da matéria será na intimidade retratada. Em vez de enfatizar questões de interesse público, ou seja, aquelas com potencial de influenciar no cenário político e, conseqüentemente, nos acontecimentos que afetam a coletividade, a reportagem restringe-se à vida doméstica do casal Temer. A reação estrondosa à matéria nas redes sociais online, entretanto, sugere que as pessoas não se identificaram com as referências apresentadas.

Quando nos voltamos para as redes sociais online, é possível perceber a influência de acionistas e desenvolvedores nestas plataformas, principalmente no que tange ao formato e à estrutura. Os desenvolvedores destas plataformas frequentemente tentam influir no conteúdo exibido, seja por meio de sugestões aos usuários, restrições à visibilidade ou lançamentos de novos recursos tecnológicos. Ainda assim, os usuários

parecem manter-se como responsáveis pela maior quantidade de conteúdo que circula pelas redes do ciberespaço.

Se comparada às mídias de massa tradicionais a função de mediação dos proprietários e dirigentes parece mostrar-se de forma eclipsada e as possibilidades dos indivíduos conversarem diretamente uns com os outros é potencialmente maior. Por mais que as circunstâncias oferecidas no ciberespaço não se configurem como uma esfera pública nos moldes idealizados por Habermas (2014) pode-se detectar avanços em relação às potencialidades de discussão coletiva.

Ainda que o potencial de discussão coletiva tenha se ampliado, o pensamento de Sennett (2014) e Habermas (2014) mostra-se atual ao verificarmos que mesmo as respostas ao perfil dão-se, majoritariamente, em termos de exposição de intimidade. Parece incomodar mais ao usuário a propagação de um modelo de mulher do que a exibição da intimidade da perfilada. Embora seja possível apontar uma série de reflexões sobre o episódio que circulam no ciberespaço e não trazem elementos de particularidade, em termos quantitativos parecem mais significativas as manifestações atravessadas por traços de personalidade. A figura 3 ilustra tanto a exposição da intimidade dos internautas quanto à crítica ao padrão de feminilidade das entrelinhas da *Veja*:



Figura 3 – Intimidade e resistência. Fonte: *Instagram*.

## 5. A opinião pública

Conforme vimos anteriormente, Kosík (2002) e Berger e Luckmann (1999) argumentam que o senso comum instrumenta-nos com o conhecimento usualmente requerido para a vida cotidiana. Apesar de orientar os indivíduos em suas rotinas ordinárias, os autores apontam que o senso comum não coincide, necessariamente, com o real. É possível traçar paralelos entre estas ponderações e o pensamento de Lippman (1998), que sugere que as atitudes dos homens são guiadas por imagens – formadas pelo

próprio indivíduo ou por outrem – que preenchem suas cabeças. Constituídas por símbolos e ficções, estas imagens seriam a nossa forma de conhecer o mundo.

De acordo com Lippman (1998), se a conexão entre a realidade e a reação dos indivíduos se desse de forma direta e imediata, falhas e indecisões seriam desconhecidas. Entretanto, como só podemos nos conectar com o real de maneira indireta e inferida, não conhecemos o ambiente propriamente dito, mas apenas um pseudo-ambiente – semelhante à pseuconcreticidade de Kosík (2012) – que refletiria nossas representações interiores do mundo. A opinião pública, portanto, lida com fatos não vistos e enigmáticos, que não são de forma alguma transparentes para os indivíduos. A maneira como os homens enxergam o mundo – e não o mundo em si – é responsável por comandar seus objetivos, esperanças e emoções.

Este conceito está muito atrelado à definição do autor para propaganda, caracterizada como um empenho para alterar as imagens às quais os sujeitos respondem: ou seja, seriam tentativas de substituir um padrão social por outro, que atenda de forma mais adequada aos interesses de quem a produz. O autor alerta que para garantir o bom funcionamento dos governos representativos, em um mundo atravessado por propagandas que buscam comandar nossas imagens mentais, é fundamental que exista uma organização capaz de tornar visíveis e compreensíveis os fatos não vistos por aqueles que precisam tomar decisões.

Nas sociedades modernas, tradicionalmente, esta função coube em grande parte à imprensa. Lippman (1998), no entanto, discorda de que a mídia – que em 1922, ano de publicação do livro, se restringia quase que totalmente à imprensa escrita – seja capaz de cumprir este ofício de maneira adequada. O autor condena a atuação da imprensa e afirma que a natureza das notícias e sua base econômica parecem mostrar que os jornais necessariamente refletem, em maior ou menor medida, e intensificam “the defective organization of public opinion” (LIPPMAN, 1998, p.32).

O autor não parece se aprofundar sobre as potencialidades que os indivíduos têm de coletivamente rechaçar as representações formuladas pela mídia. Em tempos de ciberespaço, no entanto, aparentemente aumentaram as possibilidades de a reação dos sujeitos a uma notícia adquirir visibilidade. Neste sentido, as redes sociais online sobressaem-se dentre os múltiplos recursos oferecidos pelo ciberespaço e a figura 4 é um exemplo deste tipo de iniciativa:



Figura 4: Internauta critica o “Bela, recatada e do lar”. Fonte: *Instagram*.

#### 4. Considerações finais

Ao longo deste artigo pudemos nos indagar sobre a presença da intimidade nas reações do ciberespaço à mídia convencional. Para cumprir com esta tarefa, precisamos resgatar conceitos-chave que auxiliassem a compreensão do panorama geral em que a questão da intimidade e a comunicação de massa encontram-se, assim como também foi necessário problematizar brevemente o enquadramento da reportagem que incitou a reação dos internautas.

Acreditamos que, muitas vezes, o jornalismo não é capaz de suspender o cotidiano (HELLER, 2000) e reproduz este pensamento em reportagens que, segundo a deontologia da profissão, deveriam ser precisas e evitar generalizações. Ao se ater a pormenores sem aparente relevância para o interesse público, a reportagem da *Veja* parece desperdiçar as chances de irradiar um contexto social amplo ou de retratar questões inerentes a todos os indivíduos. É possível dizer, portanto, que a matéria limita-se ao nível da particularidade e não alcança o humano-genérico.

De acordo com os termos empregados por Kosík (2002), sugerimos que o perfil se constitui como “fenômeno”, mas que não aparenta ser capaz de captar a “essência” (2002) do contexto social em que se insere. Nestas condições, constituiria uma pseudoconcreticidade incapaz de coincidir com a totalidade do real. Trata-se de uma reportagem que parece não ultrapassar o “senso comum”, de acordo com as definições de Kosík (2002) e Berger e Luckman (2009) para este conceito.

A observação das respostas dos usuários do *Instagram*, entretanto, torna este quadro mais complexo. Assim como faz a matéria, a reação a esta também se constitui, em grande parte, por intermédio do discurso da intimidade, temática central para a subjetividade contemporânea. Neste caso, porém, as reações aparentam ultrapassar a particularidade e alcançar o humano-genérico, pois reivindicam representações mais plurais da mulher: desta forma, contrapõem-se ao senso comum da cultura machista que possivelmente ainda circula pela sociedade. Embora as postagens individuais possivelmente se constituam como fenômeno, um amplo conjunto destas parece se aproximar da essência de ser mulher.

Verificamos também como os sentidos de “público” e “privado” são institucionalizações que, ao longo da história, sofreram alterações em suas significações. Conhecemos, então, os paradigmas modernos para estas noções e apontamos como estes estão novamente se modificando nos tempos atuais. Por fim, desembocamos nos alertas de Lippman (1998) acerca da influência negativa da imprensa sobre a opinião pública. Se for possível fazer alguma sugestão, propomos uma adequação desta reflexão aos novos tempos. No contexto do ciberespaço e das redes sociais, os grupos de imprensa tradicionais não aparentam ser capaz de gerir a seu bel-prazer as reações às suas mensagens.

Em resposta ao problema desta pesquisa, avaliamos que a repercussão de determinados eventos parece demonstrar que os usuários de redes sociais digitais podem ressignificar os conteúdos jornalísticos tradicionais de modo a concorrer com estes como influenciadores da opinião pública. No entanto, mesmo estas reconfigurações do ciberespaço parecem ser atravessadas pela cultura que valoriza a exposição da intimidade.

Ainda que o posicionamento dos indivíduos nas mídias sociais muitas vezes apresente traços de personalidade e embora seja bastante improvável que, em um futuro próximo, a esfera pública deixe de ser refeudalizada pelos interesses privados e do Estado, o ciberespaço parece abrir novas portas para o debate público. Apesar de suas limitações, as redes sociais online colocam mais perspectivas visíveis e, portanto, tem o potencial de contribuir para pluralizar as fontes de informação e de ajudar na construção de representações mais plurais da sociedade.

### Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.



BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: Um livro sobre a Sociologia do conhecimento. Lisboa: Dinalivro, 1999.

BOAS, Sergio Vilas. **Perfis e como escrevê-los**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador I**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

LIPPMAN, Walter. **Public Opinion**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SIBILIA, Paula. **Celebridade para todos**: um antídoto contra a solidão? Ciência & Cultura, Campinas, vol. 62, n. 2, p. 52-55, abr. de 2010.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2012.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e do lar. **Veja**, São Paulo: Editora Abril, n. 2474, p.28-29, abr. de 2016. Edição Extra.